

EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOVO PARADIGMA TEÓRICO, METODOLÓGICO E POLÍTICO

Dirceu Benincá – UFFS
dirceuben@gmail.com.

Resumo

Ao longo da história do Brasil, o direito à educação formal, nos seus diferentes níveis, foi muito restritivo. Mais recentemente, a legislação garantiu a todos os cidadãos esse direito, embora na prática uma considerável parcela da população ainda se encontre em condições de analfabetismo absoluto, funcional e/ou político. Há cerca de duas décadas, movimentos sociais e organizações de trabalhadores do campo vêm fortalecendo a luta a partir da concepção de educação como *direito coletivo*. Nessa perspectiva, a educação é tomada como instrumento capaz de contribuir com a emancipação dos indivíduos e com a transformação da sociedade. Articulados com universidades, partidos políticos, igrejas, organizações não-governamentais, embasados em teorias críticas, com metodologias alternativas, tais movimentos e organizações estão dando corpo a experiências inovadoras conhecidas como *Educação do Campo*.

Palavras-chave: Educação do Campo – direito – teoria crítica – emancipação

Introdução

Historicamente, a grande maioria do povo brasileiro ficou alijada do direito à educação básica, superior, continuada e de qualidade. A adequação dos processos educativos a sistemas de interesses da elite dominante gerou desigualdades sociais incomensuráveis, com impactos negativos às classes populares, sobretudo aos camponeses, normalmente vistos e tratados como “jeca tatu”, estereótipo do que é desqualificado e atrasado. A despeito de todos os esforços empreendidos para superar essa realidade, o campo da educação segue apresentando uma série de problemas e distorções.

Em contrapartida a este *modus operandi*, nas últimas duas décadas, trabalhadores do campo, por meio de suas organizações, movimentos e articulações com diversos parceiros, estão imprimindo uma significativa virada conceitual, metodológica e política no que tange à educação. Dessa maneira, puseram em curso um crescente número de experiências pedagógicas alternativas; desencadearam debates e lutas que deram origem a projetos, programas e políticas de educação do/no campo, associados a outras políticas necessárias à melhoria das condições de trabalho e de vida.

Do direito à Educação do Campo às políticas públicas

Da consciência sobre a negação do *direito a ter direitos* (Hannah Arendt), entre eles o da educação, os camponeses passaram a operar uma luta estratégica, qual seja a de pensar a *Educação do Campo* com parâmetros diferenciados da educação tradicional. Para tanto, inauguraram um conceito de educação aplicado à sua realidade, que carrega um novo conteúdo político-pedagógico articulado com novos recursos metodológicos. De acordo com Bernardo M. Fernandes (2006, p. 37),

[...] a *Educação do Campo* está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a *Educação Rural* está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital (*grifos nossos*).

A educação transcende à ideia de mera informação ou transmissão de conhecimentos (visão tecnicista). Constitui-se em um “território” onde indivíduos e grupos marginalizados podem construir seu próprio conhecimento e seus processos emancipatórios. Assim, o autor distingue a “Educação do Campo” da “Educação Rural”, vendo cada um desses conceitos como expressão de diferentes paradigmas pedagógicos e sociais. A abordagem também incorpora a compreensão de que no conhecimento, nas instituições e nos sistemas educacionais sempre existem intencionalidades políticas implícitas ou explícitas que reforçam ou que resistem ao capitalismo.

Bernardo M. Fernandes e Mônica Molina compartilham a concepção de que a Educação do Campo configura um novo paradigma, rompendo com a noção de educação rural, que tem como referência básica o produtivismo, isto é, o campo como mero lugar de produção de mercadorias e não como ambiente de vida. E acrescentam:

O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um modus vivendi que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, o trabalho, a cultura e suas relações sociais. Esta concepção educacional não está sendo construída para os trabalhadores rurais, mas por eles, com eles, camponeses. Um princípio da Educação do Campo é que sujeitos da educação são sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas,

indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados, ribeirinhos, povos de florestas, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóias-frias (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 37).

Nesta linha de pensamento, Roseli Caldart (2009) afirma que a Educação do Campo nasceu como uma crítica prática à educação brasileira, em especial à situação educacional do povo que trabalha e vive no/do campo. Uma crítica em forma de denúncia e de luta pelo direito à educação, correlacionado com o direito a terra, ao território, ao trabalho, à moradia, enfim às condições de vida digna. Importante ressaltar que o contexto onde essa consciência emerge são os movimentos sociais populares. Dadas as razões de sua origem e a dinâmica que os caracteriza, constituem-se em espaços educativos por excelência, como expressa Miguel Arroyo:

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. Os movimentos sociais articulam coletivos nas lutas pelas condições de produção da existência popular mais básica. Aí se descobrem e se aprendem como sujeitos de direitos (2003, p. 32).

Em áreas da reforma agrária desenvolveram-se experiências concretas, fazendo o contraponto teórico, metodológico e político com o modelo tradicional de educação. Desde a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984) e, sobretudo, a partir da criação do Setor de Educação no interior do movimento – responsável pela organização e sistematização de propostas e práticas pedagógicas nas escolas de assentamentos –, houve significativos passos na consolidação de políticas públicas. Das práticas e reflexões surgiram, por exemplo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), instituído pelo governo federal em abril de 1998; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

A luta pela Educação do Campo para o conjunto dos camponeses encontra respaldo na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205, assegura a educação como

“direito de todos e dever do Estado e da família [...], com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A especificidade da Educação do Campo é reconhecida em dispositivos legais como o artigo 28 da LDB 9394/1996 que autoriza medidas de adequação da escola às peculiaridades da vida rural. Igualmente, as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (2002), em seu artigo 5º, estabelece que as propostas pedagógicas das escolas do campo “contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

No que concerne ao direito à educação para os trabalhadores do campo, Roseli Caldart¹ afirma:

Do ponto de vista da política de acesso à educação talvez o que mais incomode é a ideia do direito coletivo *versus* a ideia liberal do direito individual. É só pensar na reação que hoje se manifesta em relação às turmas do Pronera em diversos setores da sociedade. O coletivo pressiona mais o sistema e sendo este coletivo originário dos pobres do campo volta a reação: ‘Como assim?’ E o direito coletivo interroga com mais força o conteúdo das políticas e da própria educação. Não é qualquer acesso. Não é qualquer formação. Ou seja, a Educação do Campo, ao tratar de uma especificidade, e pelo jeito de fazê-lo, configura-se como uma crítica à forma e ao conteúdo do que se entende ser uma política pública e ao modo de construí-la em uma sociedade cindida socialmente como a nossa.

A cisão social e a contradição são elementos essenciais no fortalecimento do sistema capitalista. Nesta perspectiva, a educação cumpre com a função de formar mão de obra para reproduzir o capital, legitimar as assimetrias nas relações de trabalho e a alienação ideológica. Porém, a Educação do Campo, que não nasceu como teoria educacional ou como política governamental, mas como práxis dos próprios trabalhadores do campo juntamente com seus aliados, tem em seu escopo central a emancipação dos indivíduos. Busca a formação humana e a construção de relações de cooperação associadas à produção material da existência no campo.

Como visto, a escola pode ser um território de dominação e reprodução do sistema hegemônico, mas, por outro lado, também é possível que se converta em *locus* de construção de parâmetros e práticas contra-hegemônicos. Tal como a propriedade da terra, a educação é um permanente campo de disputas e, portanto, de conflitos. Neste sentido, os movimentos

1 Cf. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>> .

sociais têm percebido que não basta lutar pelo direito à educação, senão também se torna necessário garantir políticas públicas de educação, com metodologias e conteúdos capazes de construir um campo “para além do capital” (MÉZSÁROS).

Referenciais teóricos e metodológicos

A Educação do Campo consolida uma estreita relação entre a realidade de vida dos trabalhadores, o trabalho e a educação. Adota referenciais teóricos marxistas e elementos da pedagogia popular, apontando a “luta social”² e a “organização coletiva” como eixos formativos. O pensamento de Marx aponta para a emancipação das classes populares e a formação do ser integral, na medida em que afirma a necessidade de superar as relações de dominação e a formação unilateral baseada no modo de produção capitalista. Assim orientada, a Educação do Campo assume características de uma educação de classe em vista de seu empoderamento.

Um dos elementos metodológicos centrais da Educação do Campo é pedagogia da alternância, caracterizada pelo revezamento de atividades formativas no âmbito escolar e outras desenvolvidas na propriedade e na comunidade de origem do aluno. A experiência surgiu com as *Maisons Familiales Rurales*, em 1935, no Sudoeste da França, expandindo-se depois para vários países da Europa, África e Oceania. Na década de 1960, a pedagogia da alternância começou a ser usada no Brasil, nas Escolas Família Agrícolas (EFAs) e, a partir dos anos 1990, também nas denominadas Casas Familiares Rurais (CFRs). Essa pedagogia tem por objetivo possibilitar formação científica, tecnológica e humana aos jovens do campo sem que abandonem seu trabalho e ambiente de vida.

A pedagogia da alternância, com seu estatuto popular e integrador das diversas dimensões da vida humana, se contrapõe à pedagogia tecnicista impulsionada no Brasil durante a ditadura militar. Para Demerval Saviani (2007, p. 379), a pedagogia tecnicista está baseada “no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade”. A pedagogia da alternância, por sua vez, não só alterna metodologicamente tempo escola e tempo comunidade, mas também se constitui em uma

2 Na abertura do primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2007:40).

proposta alternativa do ponto de vista político-pedagógico, incorporando aspectos das chamadas pedagogia libertadora, histórico-crítica e emancipatória, que tem como referência maior a obra de Paulo Freire.

A Educação do Campo, entendida como um *direito coletivo* (CALDART, 2009), desde o mundo das *ausências* (SANTOS, 2008) e da *consciência de classe* (MARX), se configura como uma *pedagogia popular* (FREIRE) de caráter *crítico* (GIROUX). A *Pedagogia Crítica* recusa a tese da neutralidade do conhecimento, da escola e da formação. Propugna a educação como um processo político, “não apenas porque contém uma mensagem política ou trata de tópicos políticos de ocasião, mas também porque é produzida e situada em um complexo de relações políticas e sociais das quais não pode ser abstraída” (GIROUX, 1997, p. 88). Herdeira dessa visão, a Educação do Campo procura entender como se dão as relações de poder econômico, político, cultural e social. Além disso, empenha-se na superação de pressupostos epistemológicos e ideológicos que dão sustentação e reproduzem a lógica capitalista.

Desse modo, a Educação do Campo se orienta no fortalecimento da cidadania dos indivíduos e grupos historicamente desfavorecidos da sociedade. E, para alcançar esses objetivos, considera indispensável a formação de educadores críticos ou “intelectuais orgânicos”, como denomina Gramsci, referindo-se aos intelectuais que se conectam às lutas políticas e culturais dos subalternos. A perspectiva crítico-emancipadora busca articular de forma indissociável a teoria e a prática, entendendo a formação como condição da possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

A *educação popular* emerge enquanto “pedagogia do oprimido” e se expressa como “prática da liberdade”, “pedagogia da autonomia”, “pedagogia da esperança”, contrapondo-se à “educação bancária”, alienante, domesticadora, opressora e colonialista (FREIRE). Ela se firma enquanto teoria que elucida a realidade e como prática política de intervenção no mundo. Neste sentido Freire (1996, p. 26) adverte que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Fica evidenciado, pois, que a educação é um exercício dialógico, um ato político, um processo contínuo e sempre inacabado.

A respeito da origem e trajetória da educação popular, Paludo (2012, p. 283) explica:

As raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, as experiências socialistas do Leste Europeu, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, a teoria de Paulo Freire, a teologia da libertação e as elaborações do novo sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular. Enfim, são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana.

Além de resgatar e ressignificar elementos epistemológicos e metodológicos importantes da educação popular, a Educação do Campo põe no centro desse processo os sujeitos coletivos, os movimentos sociais que, com sua firme resistência ao modelo neoliberal, contribuem com a construção de um projeto popular para o país. Estabelece-se, dessa maneira, uma relação indissociável entre educação, escola, política, classe social, cultura e projeto de sociedade. A Educação do Campo também evoca a necessidade do diálogo, da interação, da transdisciplinaridade ou, como formula Boaventura de Sousa Santos, da *ecologia de saberes*, que trata do

[...] conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam-se em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstrato, mas nas práticas de conhecimento e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de prática de saberes (SANTOS, 2008, p.154).

Para o sociólogo português, os saberes usurados aos colonizados gerou uma inclassificável injustiça cognitiva e instituiu a *sociologia das ausências*. Esta produziu invisibilidades, exclusões e desigualdades sociais históricas, muitas vezes naturalizadas e legitimadas pelo poder dominante. Porém, cabe a esses segmentos a construção de alternativas emancipatórias, que ele classifica como *sociologia das emergências*. Assim, os sujeitos sociais ampliam o conjunto de possibilidades e as perspectivas de futuro mediante a ação coletiva e articulada.

Considerações finais

Procuramos demonstrar que a Educação do Campo vem se constituindo em um novo paradigma com significativos desdobramentos práticos. Caldart (2012, p. 259) afirma tratar-se

de “*um fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades campesinas”. Daí a necessidade de adotar adequados instrumentos teóricos, metodológicos e políticos a fim de permitir que os camponeses alcancem tais objetivos.

A Educação do Campo opera a alternância integrativa e articulada de saberes e vivências, na qual busca a unidade do processo formativo e não a mera sucessão de tempos teóricos (escola) e tempos práticos (comunidade). Um dos aspectos originais destas experiências educacionais desenvolvidas nas escolas do campo está na compreensão da educação como um direito coletivo e indissociável da luta pela terra, pelo trabalho, pela moradia, pela soberania, pela segurança alimentar e pelos demais direitos humanos.

O grande desafio da Educação do Campo consiste na análise crítica do modelo tradicional de educação com seus mecanismos de reprodução e legitimação do sistema capitalista. De outra parte, e considerando sua curta trajetória e múltiplas dificuldades que enfrenta, a Educação do Campo vem se apresentando como proposta capaz de contribuir significativamente com a emancipação dos camponeses, com o fortalecimento de suas organizações e com a transformação social.

Referências

ARROYO, Miguel G. *Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais?* Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>>.

CALDART, Roseli Salete. *Educação do campo: notas para uma análise de percurso*. Trab. educ. Saúde vol.7 n. 1, Rio de Janeiro. mar./jun. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000100003>>.

_____. Educação do campo. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: Molina, Mônica Castagna (org.). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo M.; MOLINA, Mônica C.. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. S. Azevedo de. (orgs.). *Contribuições para a*

construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MARX, Karl. *Manifesto Comunista.* Tradução do Manifesto de Álvaro Pina, 5. reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino.* São Paulo: Centauro, 2004.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2007.